



Documento de Trabalho

# Observador Rural

DETERMINANTES DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE  
VESTUÁRIO EM MOÇAMBIQUE (1960-2014)

Cerina Mussá e Yasser Dadá

Nº 64

Julho  
2018

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR ([www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento final.

# **Determinantes Da Indústria Têxtil E De Vestuário Em Moçambique (1960-2014)<sup>1</sup>**

Cerina Mussa<sup>2</sup> e Yasser Arafat Dadá<sup>3</sup>

## **RESUMO**

O presente texto analisa os factores que influenciam o desempenho da indústria têxtil e de vestuário em Moçambique entre 1960 e 2014. É feita uma caracterização do sector têxtil e de vestuário desde os anos 60 até 2014.

O trabalho é resultado de uma conjugação de metodologias quantitativa e qualitativa. A análise quantitativa é realizada a partir de dados secundários e procura explicar as variáveis que empiricamente exercem maior influência sobre a indústria de têxteis e de vestuário no país. A análise qualitativa foi conduzida por meio de realização de entrevistas.

Através da Regressão Múltipla analisaram-se os factores que afectam o sector de têxteis e vestuário em Moçambique.

Assim, avalia-se o desempenho, as ameaças e as oportunidades da indústria tendo como base teórica a importância do fluxo de comércio externo na estrutura económica, conforme o modelo de Kaldor, baseado na liderança das exportações como factor de desenvolvimento e de crescimento económico.

Os resultados das análises mostram que o declínio da indústria de têxteis e vestuário em Moçambique deveu-se a questões estruturais e não à liberalização comercial.

**Palavras-chave:** indústria têxtil e de vestuário, algodão, liberalização comercial.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho teve a orientação do Prof. Dr. João Mosca.

<sup>2</sup> Licenciada em Economia pela Universidade Eduardo Mondlane e Mestre em Direitos Humanos, Desenvolvimento Económico e Boa Governação na Universidade Técnica de Moçambique.

<sup>3</sup> Investigador assistente do Observatório do Meio Rural. Licenciado em Economia pela Universidade Politécnica e Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional no Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa (UL).

## **1. INTRODUÇÃO**

É objectivo geral do presente trabalho analisar os factores que determinam o desempenho da indústria têxtil e de vestuário em Moçambique e tendo como objectivos específicos os seguintes: (1) Analisar a evolução da produção de matéria-prima (algodão); (2) Analisar a produção do sector têxtil e de vestuário; (3) Identificar as forças e fraquezas do sector; (4) Identificar os factores que mais influenciam a indústria têxtil e de vestuário em Moçambique.

Questões em torno da sustentabilidade da indústria têxtil não são recentes. As conclusões do Estudo Técnico Económico da Indústria Têxtil de Moçambique, realizado pela Junta de Comércio em 1958, indicavam como áreas de aperfeiçoamento as técnicas e a organização, o planeamento, o melhoramento da produtividade, os custos reais e a promoção de estudo do mercado, sendo uma das soluções propostas a defesa das empresas da concorrência estrangeira. Isto leva-nos a perceber que a indústria, na sua fase de surgimento, já tinha problemas estruturais e precisava de protecção do Governo para a sua sobrevivência. A liberalização do mercado nos anos 90, o processo de integração regional da SADC e o fim do acordo sobre têxteis e vestuário da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2005, trouxeram mais desafios para o sector têxtil e de vestuário nacional.

Assim, a pergunta que se coloca é: Quais os determinantes da indústria de têxteis e vestuário em Moçambique? A resposta parte das seguintes hipóteses: (H1) A produção de algodão tem efeito positivo sobre a indústria têxtil; (H2) A exportação de algodão tem impacto negativo sobre a indústria têxtil; (H3) A exportação de têxteis tem um impacto negativo sobre a produção de vestuário; (H4) A importação de vestuário tem um efeito negativo sobre a indústria têxtil.

A presente investigação é constituída por quatro capítulos. No presente capítulo, faz-se uma breve apresentação do tema, dos objectivos da investigação. No segundo capítulo, é apresentado um quadro teórico sobre os conceitos de liberalismo, desenvolvimento e crescimento económico. No segundo, faz-se a contextualização da indústria têxtil e de vestuário em Moçambique e, no terceiro, apresenta-se a metodologia usada na investigação, descrevendo sucintamente o processo de recolha e tratamento dos dados, a análise dos resultados e caracterização do sector têxtil de Moçambique. Finalmente, o quarto capítulo, traz as principais conclusões do trabalho e recomendações.

## **2. CONTEXTO**

### **2.1. Liberalização em Moçambique**

A história económica de Moçambique é marcada por uma longa era colonial, até 1975, seguindo-se-lhe um período assente na propriedade estatal dos factores de produção, nomeadamente a terra e o capital. Na década de 80 a economia moçambicana sujeitou-se a reformas estruturais e à liberalização económica com vista a revitalizar a economia. Nesse período, o país adere às instituições de *Bretton Woods* e beneficia de um reescalamento da dívida externa a nível do

Clube de Paris<sup>4</sup>. Posteriormente, inicia-se o Programa de Reabilitação Económica (PRE)<sup>5</sup>, a partir de 1987, marcado pela liberalização da economia (Cramer, 2001; Mosca, J., 2005; Oppenheimer, J., 2006).

O mais recente Programa Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019)<sup>6</sup>, na *Prioridade III-Promover o Emprego e Melhorar a Produtividade e a Competitividade*, estabelece: “(i) Aumentar a produção e produtividade em todos os sectores com ênfase na agricultura, produção animal e pescas; e (ii) Promover a industrialização orientada para a modernização da economia e o aumento das exportações” (Governo de Moçambique, 2015: 72). *De entre várias acções, pode-se destacar as seguintes duas alíneas:*

, ...

*b) diversificar a base de exportação e destino das exportações abrindo novos mercados através da promoção, realização e participação em feiras comerciais e turísticas no País e no exterior;*

*g) estimular o desenvolvimento da indústria transformadora para o aumento do valor acrescentado de modo a reduzir os desequilíbrios da balança comercial*

*(Governo de Moçambique, 2015: 75).*

Com a liberalização da economia e dos mercados, o comércio externo passou a ter um papel importante na economia. É neste contexto que Moçambique se encontra envolvido nos processos de liberalização comercial, nomeadamente na SADC, no âmbito das relações entre os países ACP e EU, os acordos de parceria económica, na criação de uma zona de comércio livre abarcando as regiões da EAC/COMESA/SADC e na OMC nas negociações no âmbito da Ronda de Doha.

Na integração regional da SADC, e de acordo com Plano Integrado de Desenvolvimento Regional 2003-2020 (RISDP), o processo de liberalização pressupunha a criação de uma Zona de Comércio Livre (2008), uma União Aduaneira (em 2010), um Mercado Comum (em 2015) e de uma União Monetária (em 2016). Está em implementação a Zona de Comércio Livre.

Moçambique liberalizou em mais de 85% o seu comércio<sup>7</sup> com os países da EU, tendo já assinado, em Junho de 2016, o Acordo de Parceria Económica (APE)<sup>8</sup> tendo a implementação iniciado em Fevereiro de 2018.

Ambos processos de integração comercial incluem o comércio livre de direitos e de quotas de têxteis e vestuário com regras de origem específicas. Na SADC os critérios das regras de origem são mais restritivos pois, para conferir origem e beneficiar de isenção de direitos aduaneiros, é obrigatório completar dois estágios de transformação. Porém, no âmbito do APE, as regras de origem exigem apenas um estágio de produção.

Moçambique tem ainda acesso preferencial, livre de quotas e com redução ou eliminação de tarifas aduaneiras: ao mercado da União Europeia através da iniciativa EBA

---

<sup>4</sup>O Clube de Paris é um grupo informal de países cuja finalidade é ajudar os países endividados (Goode, 1998).

<sup>5</sup>O PRE tinha como objectivo liberalizar a economia o que levou à alteração das medidas e políticas a nível financeiro, monetário e comercial. As empresas estatais foram reestruturadas e privatizadas.

<sup>6</sup> Boletim da República n.º 29, I Série, 2 Suplemento, 2015.

<sup>7</sup> Veja-se a Pauta Aduaneira que indica as tarifas a serem aplicadas às mercadorias originárias da UE.

<sup>8</sup> Comércio livre entre os países da UE e os países da SADC-EPA (países da SADC que assinaram e negociaram como grupo)

(*EverythingButArms*), concedido, unilateralmente, pela UE aos Países Menos Desenvolvidos (PMD); ao mercado norte-americano, através do Lei dos EUA sobre Crescimento e Oportunidade de Desenvolvimento em África (AGOA), concedido pelos EUA aos países da África Subsariana; e, aos diversos mercados de países desenvolvidos e em desenvolvimento no âmbito do Sistema Generalizado de Preferências (SGP) ou ainda dos compromissos assumidos no contexto das negociações, em curso, da Ronda de Doha, na OMC para que todos os países concedam acesso aos seus mercados de produtos originários dos países menos desenvolvidos.

Moçambique assinou ainda acordos bilaterais de liberalização comercial com Malawi e Zimbabwe. Embora não esteja engajado no processo negocial de liberalização comercial, Moçambique é membro da Organização da Comunidade Islâmica (OCI) com quem está em curso um processo negocial com vista, também, à facilitação das trocas comerciais entre os países membros.

No caso dos acordos bilaterais, os critérios de origem aplicados são simples e alternativos e resumem-se a um valor acrescentado mínimo de 35%, ou mudança da posição pautal<sup>9</sup>, ou, ainda, matéria-prima importada incorporada não excedendo 60% do valor do produto.

Importa referir que a economia de Moçambique começa a ser exposta aos efeitos da liberalização comercial, já no período colonial, em 1960, quando Portugal aderiu à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) e ao Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) em 1962.

O relatório do Secretariado Técnico<sup>10</sup> sobre a situação da integração económica nacional, em 1969, refere que, com a adesão ao (GATT), Portugal enfrenta desafios em particular no cumprimento das regras de origem no comércio entre as suas colónias, dando como exemplos a exportação para Angola de manteiga e queijo de Moçambique (Governo da República de Portugal, 1969). O relatório refere ainda que Portugal teve que proceder à harmonização fiscal (decreto sobre dupla tributação e decreto sobre centralização) em 1968 e 1969, respectivamente, e foram tomadas algumas medidas em relação ao comércio de bens, tendo Portugal introduzido quotas de açúcar (das ilhas adjacentes), álcool em recipientes superiores a 2 litros e arroz (no continente), farinha de milho, óleo de amendoim e tabaco (importação suspensa até 22/05/1968). Por outro lado, foram liberalizados, de entre outros, o algodão rama, café, carne bovina, madeira, sisal, tabaco em folha e petróleo. “O ultramar restringiu a importação para o mercado interno de algodão hidrófilo, artigos de malha de algodão, azulejos, balastros, bicicletas, combustíveis, garrafas de vidro e liberalizou o mercado para a importação de adubos, frutas, leite, máquinas, metais, sabão, tintas e vinhos” (Governo da República de Portugal, 1969:61).

O cumprimento das regras de origem nas relações comerciais entre Moçambique e os países dos grupos de integração comercial da SADC continua sendo um aspecto importante e está relacionado com a estrutura da indústria, como o processo de transformação e a classificação da matéria-prima. A utilização de matéria-prima não processada ou de matéria-prima semi-processada afecta a elegibilidade de um produto para beneficiar de acesso privilegiado a mercados externos. As regras de origem de produtos têxteis e de confecções derivados de algodão não deveriam constituir um constrangimento dado Moçambique ser produtor do algodão.

---

<sup>9</sup> Mudança do código (Sistema Harmonizado-SH) de classificação da mercadoria na Pauta Aduaneira

<sup>10</sup> Presidência do Conselho. Secretariado Técnico do Conselho de Ministros. Direcção dos Serviços do Integração da Economia Nacional. Relatório sobre a situação da integração da economia nacional. (Governo da República de Portugal, 1969:pgs 30-94)

## 2.2. Enquadramento da indústria têxtil e de vestuário

A indústria têxtil e de vestuário enquadra-se, segundo a classificação das actividades económicas do país, na indústria transformadora. A distinção entre o sector têxtil e vestuário: considera-se (1) têxtil as actividades de fiação, isto é, a obtenção de fio a partir da fibra de algodão e tecelagem a obtenção de tecidos a partir de fio; e (2) vestuário as actividades de confecção de artigos de vestuário a partir de tecido.

A montante da indústria têxtil e de vestuário, o processo de tratamento da matéria-prima, o algodão, inclui descaroçar, cardar, pentear, fiar, urdir e tear.

A indústria têxtil em Moçambique foi estabelecida nos anos 50, após a aprovação do Decreto 33924 de 5 de Setembro de 1944, que regulava no ultramar a instalação de indústrias de fiação e tecelagem, e de vestuário, que iniciou em 1951. O estabelecimento da indústria de processamento de algodão e de artigos de algodão só foi possível após a aprovação do primeiro Plano de Fomento (1953-8) onde se passou a permitir o desenvolvimento da indústria nas colónias em substituição do Pacto colonial que se baseava no fornecimento de matéria-prima à metrópole (Leite, 1991)<sup>11</sup>.

De entre as indústrias têxteis estabelecidas, destaca-se a fábrica de fiação e tecelagem de Vila Pery (hoje Chimoio), Sociedade Têxtil de Vila Pery, SARL, que pertencia à Sociedade Algodoeira Colonial (SOALPO, mais tarde designada por Textáfica) que, em 1960, contava com 2.017 trabalhadores na cadeia de produção. Parte da produção desta fábrica era vendida à Rodésia do Sul (actual Zimbabué). A companhia tinha ainda uma fábrica em Lourenço Marques que tinha capacidade para produzir cerca de 47 toneladas de algodão hidrófilo, 13 mil metros de gaze e 248 mil metros de ligaduras (Governo da República de Portugal, 1962). Outras fábricas estabelecidas são a Texlom, Texmoque, FAPAM, Soveste, entre outras.

De acordo com os relatórios sectoriais referentes ao IV Plano de Fomento<sup>12</sup>, nos anos 60, o sector de fibra contava com 6.484 trabalhadores e no descaroçamento com 5.385. Estes dados mostram o contributo que o sector tinha na criação de postos de trabalho e na redistribuição de rendimento. Na realidade, este sector era considerado como indústria de mão-de-obra intensiva não qualificada como seu principal factor de produção.

Na fiação, a fibra de algodão é desgordada, arejada, limpa de poeiras e outras impurezas, por vezes descolorada. É, posteriormente, batida para ficar mais fofa (formando a manta) e posta em cardadeiras. A manta é depois penteada e cortada em mecha que passa para os laminadores para a formação do fio.

A matéria-prima para a produção têxtil e de confecções é constituída de fibras<sup>13</sup> que podem ser naturais ou não-naturais. As naturais podem ser de origem vegetal ou animal, nomeadamente

---

<sup>11</sup> Até então, vigorava o Decreto 26509 de 1936 que proibia a instalação, nos territórios das colónias, de indústrias existentes na Metrópole.

<sup>12</sup> Direcção dos Serviços de Planeamento e Estatística Económica (DSPEE).

<sup>13</sup> John Baffes, 2004, no seu trabalho *Cotton: Market setting, trade policies, and issues* classifica as fibras naturais e não-naturais (traduzida da expressão inglesa *man-made*). Estas dividem-se em orgânicas e inorgânicas e abarcam sintéticas e artificiais. Outros autores dividem as fibras químicas em: artificiais, as produzidas a partir da celulose (também conhecidas por fibras celulósicas), e sintéticas, originárias de material petrolífero.

algodão, juta, sisal, rami, linho, lã e seda, e as não-naturais, produzidas pelo homem, que se dividem em artificiais (feitas a partir de fibras celulósicas – exemplo o viscose) e sintéticas (produzidas a partir de matéria prima petroquímica, por exemplo *nylon, poliéster*)<sup>14</sup>. Das fibras naturais, Moçambique já produziu juta, sisal e linho, assim como tecidos à base de fibras artificiais e de misturas de fibras (malhas). Para o presente trabalho, abordar-se-á apenas o algodão, não só por constituir a matéria-prima mais utilizada, mas, sobretudo, porque Moçambique é produtor e exportador deste produto.

Para perceber o efeito que a produção e comercialização do algodão têm no desempenho da indústria têxtil e de vestuário, é importante caracterizar este processo, sem detalhar, considerando existirem estudos sobre a matéria. Pretende-se nesta secção, apenas, apresentar os elementos principais no fluxograma da produção da matéria-prima, algodão.

### 2.2.1. Algodão

Algodão é uma fibra de origem vegetal. A maioria do algodão produzido no mundo destina-se à fiação para tecelagem. O algodão rama é também utilizado na indústria automóvel, construção civil e calçado; da sua semente extrai-se óleo.

*“ ...O algodão é considerado um têxtil por excelência, dadas as suas qualidades de resistência, aderência, elasticidades que permitem o fabrico de fios e tecidos maleáveis, sólidos, resistentes à água, ao calor, com apreciável poder absorvente e boa receptividade dos corantes e conservação.”* (Bravo, 1962: 23).

A fibra de algodão de interesse económico é avaliada de acordo com o seu comprimento, e classificada em curta, média, longa e extra longa.

De acordo com Fortuna, a cultura de algodão foi introduzida em Moçambique no século XVII pelos swahilis. Porém, a produção de algodão em Moçambique, como cultura obrigatória, teve início apenas no século XIX, em 1854, fruto do desenvolvimento da indústria têxtil na metrópole colonial e da revogação, em 1751, da proibição do plantio do algodão em Moçambique (Fortuna, 1993). Manuel de Araújo explica a evolução da produção desta matéria-prima em Moçambique dividindo em três períodos: 1885-1926, 1926 -1960 – Onde se utilizava o ultramar no quadro da política de economia nacionalista, e 1961-1974 – Caracterizado pelo trabalho forçado.

De acordo com Carlos Fortuna, o algodão produzido em Moçambique e Angola era consumido pela indústria têxtil portuguesa. Embora, por interesses políticos e administrativos, e não de ordem económica, o algodão em rama foi um dos produtos principais de exportação de Moçambique desde 1942 (Fortuna, 1993:71-77). Esta situação foi-se alterando ao longo do tempo.

Nelson Saraiva Bravo afirma que, nos anos 1960 e 1961, a produção de algodão rama em Moçambique passou para 57 mil toneladas, das 49 mil toneladas em 1953 (Bravo, 1962).

Em 1937 foi criada a Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em rama, através dos Decretos 28697 e 33924, respectivamente. Dada a contribuição do algodão no nível de vida económico e social das populações e para a Balança de Pagamentos (Baptista, 1962), foi criada,

---

<sup>14</sup>Colecção de Obras Clássicas do Pensamento Económico Português. Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa 1789-1815. Tomo I. Banco de Portugal. 1990.



em 1938, a Junta de Exportação do Algodão com funções de fomento, assistência e fiscalização. Em 1943 foi criado o Centro de Investigação Científica Algodoeira (CICA)<sup>15</sup>. A aprovação do Decreto 33924 de 1944 visava promover e favorecer a instalação de indústrias nas colónias, sem contudo concorrer com as indústria na metrópole, e veio dar uma outra dinâmica ao sector de têxteis.

Em 1944 foram instaladas as primeiras indústrias de transformação, primeiro, de descaroçamento de algodão e, mais tarde, de fiação e tecelagem no chamado ultramar. No início dos anos 60, Moçambique passa a exportar, não apenas algodão em rama, mas também derivados do algodão, como o fio e tecidos, desperdícios, semente, óleo e bagaço de algodão (Bravo, 1962).

A produção do algodão era feita por grandes empresas e pelo sector familiar. Porém, a compra, descaroçamento e prensagem eram permitidos apenas às empresas concessionárias ou às cooperativas dos produtores. As “grandes empresas e as concessionárias é que exportavam o algodão fibra no período colonial” (Bruna, 2014). Após a criação do Instituto de Algodão de Moçambique, este passou também a comprar e exportar algodão de acordo com a informação estatística disponível.

Destacam-se, como empresas concessionárias, o Monteiro e Giro, CAC Lopes & Filhos, JFS, SAGAL, SAN, CAM, SSE, ASS, CNA, todas elas estabelecidas no Norte do país mas com delegações noutras zonas do país.

No período em análise, a evolução da produção do algodão caracterizou-se em oscilações seja na área de produção assim como da quantidade do algodão caroço produzido e, conseqüentemente, de fibra. Nos anos 1963 a 1969 Moçambique produzia, em média, 40 mil toneladas de algodão fibra por ano. Em 1960 atingiu 46.000 toneladas de algodão fibra, ou seja 274.000 fardos, e contava com cerca de 500.000 produtores. Na década 70 a quantidade da produção de algodão fibra foi baixando e só voltou a apresentar um crescimento a partir do início dos anos 90.

A cadeia de produção e comercialização do algodão em Moçambique encontra-se representada a seguir, onde se destaca o papel dos fomentadores da produção desta cultura, que são as grandes empresas concessionárias, também responsáveis pela transformação (descaroçamento) e exportação do algodão fibra.

Numa pesquisa, recentemente realizada, relacionada com as cadeias de valor das principais culturas de rendimento, Nova (2017) conclui que as empresas fomentadoras do algodão actuam num mercado monopolista mas também monopsonista.

A aquisição do algodão é feita a partir de dois canais de comercialização, nomeadamente, grupo dos pequenos produtores que produz algodão sob contrato para as empresas concessionárias, sendo estas os únicos compradores (mercado monopsonista), e fomentadores da produção nas áreas das concessionárias, através de fornecimento dos insumos e prestação de assistência (Nova, 2017).

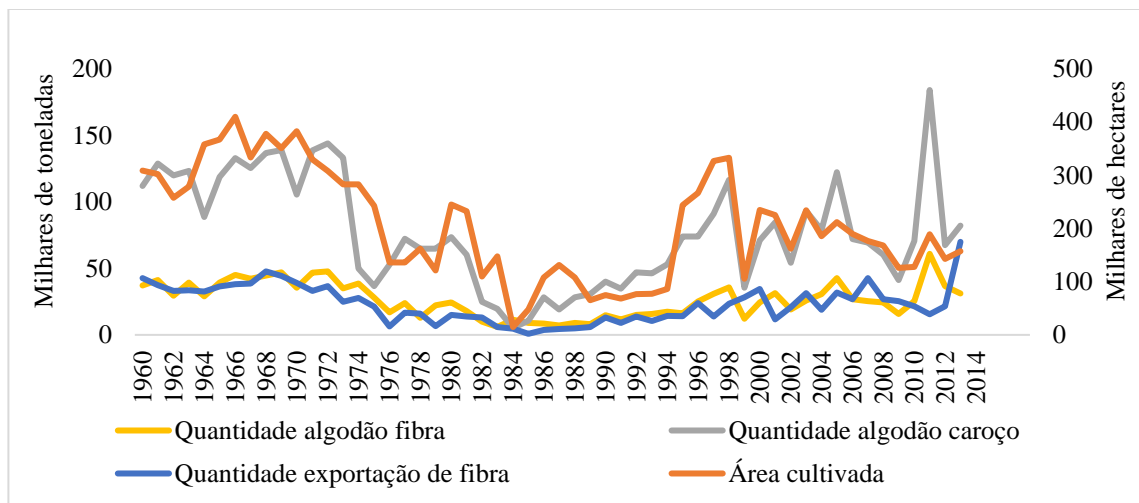
A produção do algodão teve grandes variações. Pode-se observar no gráfico 1 que a produção do algodão caroço e a área cultivada tiveram um comportamento irregular ao longo do período em

---

<sup>15</sup> Comunicação apresentada à classe de ciência em sessão de 21 de Julho de 1966 publicada no Boletim da Academia das Ciências de Lisboa. O Problema Algodoeiro português e a actividade do centro de investigação científica algodoeira. Companhia Têxtil de Pungué - Kenafe a nova cultura de Moçambique.

análise. Da tendência da produção de fibra de algodão e da exportação da fibra de algodão pode concluir se, facilmente, que grande parte da produção têm como destino o mercado externo.

**Gráfico 1: Evolução da produção do algodão e da área em Moçambique**



Nota: área cultivada pela escala à direita.

Fonte: Anuários estatísticos.

Do gráfico 1 pode-se observar que embora com as flutuações, de 1960 a 1986 a produção de algodão fibra teve uma tendência ligeiramente decrescente, com um mínimo de 3.8 mil toneladas em 1986.

Após 1984, após um período de ligeira estagnação, a produção de algodão fibra volta a crescer a partir de 1997, embora de forma errática, tendo ultrapassado os níveis de produção do período colonial na campanha 2011/2012, com uma produção de algodão fibra de cerca de 70 mil toneladas de algodão fibra.

Também, em relação a área cultivada e a produção de algodão caroço, do gráfico 1, pode-se observar que apresentam um comportamento semelhante ao da produção e exportação da fibra.

O decréscimo produção do algodão pode ser resultado de vários factores, tais como o período das nacionalizações em que a actuação do sector privado ficou limitada, o período de conflito armado, especificamente no período de 1977 a 1992, que não permitia a actividade da agricultura na sua plenitude.

Apesar da prática da cultura de algodão ser secular, Moçambique continua com uma produtividade baixa, cerca de 390 kg/ha de algodão-caroço, muito abaixo da média a nível mundial (790 kg/ha), havendo países como Austrália, Israel, Turquia, China, México e Brasil que chegam a atingir mais de 1.500 quilogramas por hectare. Nesse contexto, em 2017, Moçambique

aparece na posição 37ª de uma lista de 77 países produtores de algodão no mundo, com uma participação de 4% da produção mundial, estando a Índia na primeira posição (FAS/USDA)<sup>16</sup>.

Tal como no período colonial, ainda hoje cerca de 95% do total de algodão produzido destina-se à exportação<sup>17</sup>. A exportação é realizada pelas grandes empresas concessionárias que, para além de produção própria, fomentam a produção pelo sector familiar fornecendo os insumos necessários, cujo valor é descontado ao valor da venda no fim da campanha, na base de um preço de comercialização fixado por campanha pelo Estado.

No concernente à exportação de fibra de algodão, Moçambique ocupa a posição 27ª (FAS/USDA)<sup>18</sup>. Os dois maiores exportadores mundiais de algodão são a Índia e a China.

A comercialização do algodão tem intervenção do Governo através da fixação anual do preço mínimo de compra ao produtor. Este preço já inclui a dedução do custo dos insumos. Os restantes custos operacionais são suportados pelo produtor familiar.

A fixação dos preços não é recente. Começa no tempo colonial, onde se aplicavam dois preços de compra: um, ao produtor indígena, e, outro, às empresas. O Decreto 11994 de 1926 estabelecia as regras para o cultivo e a forma de fixação dos preços de compra e de exportação do algodão.

### **2.2.2. Indústria têxtil e de vestuário**

Nos finais dos anos 50 inicia, efectivamente, o processo de industrialização em Moçambique, com a aprovação do primeiro Plano de Fomento para o quinquénio 1953-58 e com a instalação da primeira fábrica têxtil, a Sociedade Têxtil de Vila Pery, SARL, posteriormente Textáfica), em Chimoio. Produzia capulana, cortinado, toalha turca, lençol, lona, popelina, sarja, kaniki, e cobertores. O Plano Intercalar de Fomento para 1965/67, aprovado em Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos, em 1965, dava maior atenção à agricultura, silvicultura e pecuária, tendo um financiamento de 1.758.000 escudos do Governo Central (Lisboa). A industrialização não aparece nos primeiros Planos como prioridade; apenas no Plano de 1968/73 se indicam, como princípios para a política industrial, incentivos, fomento e apoio à criação de parques industriais, compras públicas e disciplina jurídica dos agrupamentos de empresas.

Na base dos Planos de Fomento, pode-se afirmar que a indústria não era prioridade do Governo não beneficiando de qualquer apoio. Este facto pode ser um dos factores que levou à fraca sustentabilidade das fábricas têxteis como a Têxtil de Mocuba e a Favezal, na Zambézia; Texmoque, em Nampula; Riopele Têxteis de Moçambique em Marraquene; Texlom na Matola; na área de vestuário são exemplos a Belita, Lda, em Sofala; Fábrica de Confecções Soberana, Vestáfica e a Soveste Lda.

Os relatórios sectoriais da Direcção dos Serviços de Planeamento e Estatísticas Económicas (DSPEE) indicam que de 1960 a 1970, a produção da indústria transformadora cresceu a uma taxa anual de 11%. Estes relatórios indicam que, de 1963 a 1969, Moçambique produzia cerca de

---

<sup>16</sup><https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/downloads;>  
<http://www.indexmundi.com/agriculture/?commodity=cotton>

<sup>17</sup> De acordo com a base de dados de vários organismos (USDA, FAO, OMC) uma pequena percentagem do algodão fibra, cerca de 5%, é utilizada pela indústria nacional.

<sup>18</sup> <https://apps.fas.usda.gov/>

70 mil toneladas de fio e 1.300 toneladas de tecido e contava com três empresas de fiação e 37 fábricas na tecelagem.

As estatísticas de 1960 a 1971 indicam que a produção do sector têxtil e de vestuário em Moçambique apresenta um crescimento, tendo a produção passado de 413 mil peças de vestuário em 1960 para 5495 mil peças em 1971 e de 2100 toneladas de têxteis em 1960 para 5100 toneladas em 1971.

De 1960 a 1971 o sector têxtil moçambicano produzia algodão hidrófilo, gaze, ligaduras, sacaria e tecidos diversos, incluindo roupa para cama, e no sector de vestuário confeccionava-se fatos, calças, casacos, calções, camisas, balalaicas, vestidos, roupa interior e acessórios. Desta gama de produtos vislumbra-se um potencial mercado interno na área de serviços especificamente os sectores de saúde, turismo (subsectores de hotelaria e restauração) e comércio. As fábricas como a Sabrina e Soveste produziam e exportavam camisas, camisetas, uniforme escolar para a África do Sul, no sistema de prestação de serviços. Os dados disponíveis, nos anuários estatísticos, indicam que em 1960 o sector têxtil chegou a operar com 27 unidade fabris e nos anos 90 com 57 unidades fabris.

De 1975 a meados da década de oitenta, aconteceram três factos marcantes no país: início de uma profunda crise económica e financeira, centralização de todos os factores produtivos da economia em um só agente – o Estado, e uma devastadora guerra interna no país. Como consequência da crise económica e financeira, em finais dos anos oitenta, Moçambique implementa o Programa de Reajustamento Estrutural. É neste contexto que é iniciado o processo de transferência da propriedade do sector produtivo, sob controlo do Estado para o controle dos agentes privados, através do processo de privatização das empresas, incluindo das empresas têxteis e de vestuário. De realçar que a privatização das empresas não impunha a continuidade da mesma actividade.

A reestruturação da economia do país e a abertura do mercado interno aos mercados estrangeiros, no início da década de noventa, aliada à estabilidade política no país, alcançada com a assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992, permitiram a realização das primeiras eleições democráticas e multipartidárias em 1994. Isto contribuiu para a estabilidade macroeconómica do país, principalmente estabilização da taxa de câmbio e da taxa de inflação. Com a economia mais estável, foi possível verificar uma nova dinâmica no seu ambiente de negócios e na sua actividade produtiva, impulsionando novos e maiores investimentos em diferentes sectores da economia.

Segundo os dados estatísticos de 2003 a 2013 (Quadro 1), as taxas de crescimento da indústria transformadora do país apresentaram acentuada diminuição ao longo deste período, registando até taxa de crescimento negativa (decrescimento) em 2008 e crescimento nulo (não crescimento) em 2009 e 2012. Esta evolução pode significar o fraco desempenho das suas componentes, incluindo do sector de têxtil e de vestuário. Conforme mostra o quadro abaixo, enquanto a taxa de crescimento do PIB apresenta variações não superiores, em média, a 1%, a taxa de crescimento da indústria transformadora foi irregular, com variações de 17% em 2003 para 2% em 2005 e -3% em 2008.

**Quadro 1: Evolução das taxas de crescimento do PIB e da indústria transformadora**

Descrição	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de Crescimento do PIB	6.5	7.8	8.7	9.9	7.4	6.9	6.4	6.7	7.1	7.2	7.1
Taxa de Crescimento da Indústria Transformadora	17.0	13.2	2.1	3.0	3.1	-2.8	0.0	3.1	2.1	0.1	4.1

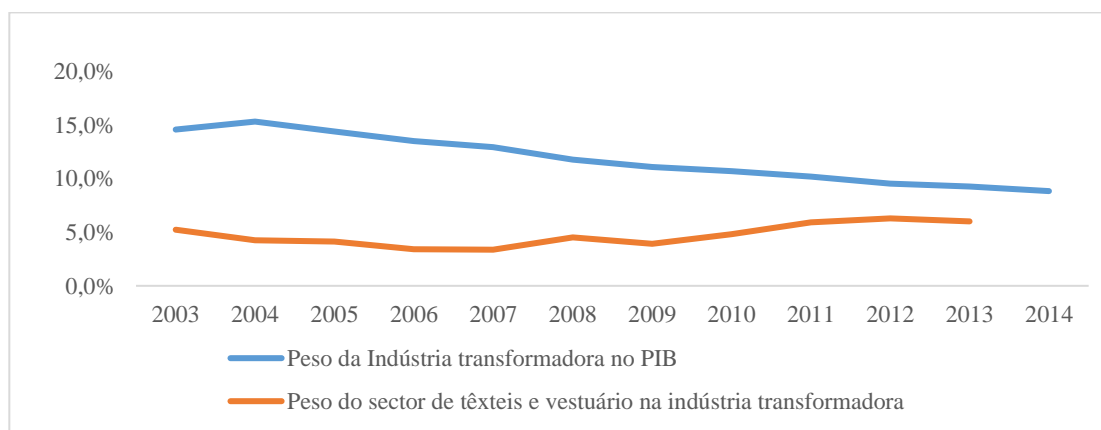
Fonte: INE

O gráfico 2 dá uma visão da contribuição da indústria têxtil e de vestuário no PIB, a preços correntes, no período de 2003 a 2014.

O peso do sector têxtil e de vestuário na indústria transformadora é de cerca de 5% em média.

No concernente à produção de têxteis e vestuário, com relação à indústria transformadora, o ponto mais alto da indústria foi registado em 2012, com uma participação na indústria transformadora em cerca de 6,3%, depois de um período baixo até 2011. Este pequeno aumento pode ser explicado pela entrada em funcionamento de fábricas têxteis como resultado de novos investimentos, tais como Maputo Clothing, Mozambique Cotton, China Africa Cotton Mozambique, Ninita, Belita.

**Gráfico 2: Relação da indústria têxtil e vestuário com a indústria transformadora e PIB**



Fonte: INE

A variedade de produtos do sector sofreu alterações ao longo do tempo

Actualmente, o sector têxtil do país apresenta um total de 14 empresas registadas oficialmente, mas apenas metade em funcionamento. Destas, três actuam na fiação, cinco na tecelagem. Nenhuma delas actua na produção de vestuário.

Quando se fala do sector de vestuário, há uma exclusão completa do pequeno e médio fabricante assim como do sector informal. A estratégia do sector e os incentivos são dirigidos à promoção dos grandes operadores.

Determinar o nível de queda do sector de vestuário deveria considerar, não apenas as grandes fábricas de roupa, mas também as empresas de pequena e média dimensão, constituídas por alfaiatarias e, mais recentemente, *ateliers* e o sector informal de costura, envolvendo costureiras, modistas e alfaiates.

O surgimento da indústria têxtil e de vestuário pressupunha quatro factores importantes para a sua instalação, que poderão ajudar a perceber o desempenho do sector. Os factores são: (1) novas indústrias não deviam ter protecção aduaneira; (2) a indústria deveria ter como foco o mercado interno; (3) a indústria deveria utilizar matéria-prima local; e, (4) não fazer concorrência à indústria metropolitana. A legislação dava preferência à indústria na metrópole, limitava a capacidade máxima a operar, incentivava a compra de equipamento e promovia a venda de maquinaria das empresas na metrópole às unidades industriais nas colónias que beneficiavam de isenção de direitos aduaneiros. Estas condições e limitações poderão ter constituído elementos que afectaram negativamente o desempenho e sustentabilidade da indústria.

O diagnóstico realizado em 1992, pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) constatou como causas da insustentabilidade do sector têxtil as seguintes: (1) inadequado rácio qualidade/preço devido à utilização de máquinas obsoletas o que levava a uma baixa utilização da capacidade produtiva; (2) baixo poder de compra das populações o que levava ao aumento da procura de roupa doada e usada; (3) fraca capacidade de gestão e de "marketing", e fraco conhecimento das preferências dos consumidores e da rede de distribuição; (4) ausência produção de matéria-prima substituta de algodão para produção de tecidos (tecidos mistos) e, posteriormente, vestuário (UNIDO, 1992).

Embora a orientação da instalação da indústria fosse o mercado interno, o mercado da região foi visto como com potencial. No período colonial já se exportava para a então Rodésia e para a África do Sul, e, mais tarde, outros mercados surgiram no âmbito da integração económica e de acesso preferencial.

O processo da integração económica, e na sequência da implementação da zona de comércio livre da SADC, assim como o acesso preferencial aos mercados da UE e dos EUA, poderiam ter constituído oportunidades para a exportação de produtos têxteis e de vestuário. No entanto, devido à protecção existente neste sector em alguns países e na SADC, em particular na África do Sul e no Zimbabwe, Moçambique e outros países considerados menos desenvolvidos, nomeadamente Malawi, Tanzânia e Zâmbia, tiveram dificuldades em exportar para a região dado que as regras de origem aprovadas baseiam-se no critério de transformação dupla, ou seja, exigência de, no mínimo, ter sido objecto de dois estágios de transformação. Estas regras foram consideradas restritivas e de difícil cumprimento. Moçambique, embora produtor de algodão, defendia o critério de transformação simples, tal como aplicado para acesso aos mercados americano (AGOA) e europeu (APE).

Com base no Protocolo sobre as Trocas Comerciais da SADC, Malawi, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia (MMTZ) solicitaram tratamento diferenciado para acesso ao mercado da África do Sul. O arranjo foi aprovado em 2001 e dava acesso aos têxteis e vestuário originários de MMTZ ao mercado sul-africano e, conseqüentemente, do Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia (BLNS), ou seja o mercado da União Aduaneira da África Austral (SACU)<sup>19</sup>. A derrogação estava sujeita a uma revisão anual com base no nível de utilização da quota alocada a cada país. No pedido,

---

<sup>19</sup> São membros a África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

Moçambique solicitou quotas nos capítulos do Sistema Harmonizado (SH)<sup>20</sup> 52 e 62, que abarcam algodão e seus derivados (fios e tecidos) e vestuário e seus acessórios, respectivamente. Este arranjo teve o seu término em Dezembro de 2006, período em que o BLNS solicitara reciprocidade de acesso ao mercado do MMTZ.

Neste âmbito, os países MMTZ beneficiaram de uma quota para exportar têxteis e vestuário em 2002, conforme ilustrado no Quadro 3, tendo como regra de origem o critério de transformação simples, ou seja um estágio de transformação, o que permitiu a exportação de tecido produzido a partir de fio importado de fora da região ou de roupa costurada a partir de tecido importado de países terceiros.

**Quadro 2: Quota para 2003 de têxteis e vestuários para MMTZ**

	Capítulo 52	Capítulo 55	Capítulo 58	Capítulo 60	Capítulos 61 e 62	Capítulo 63
	Quilograma	Quilograma	Quilograma	Quilograma	Peça	Quilograma
Malawi	1.110.000	43	0	200	12.565.000	565
Moçambique	3.600.000	0	0	0	4.200.000	170
Tanzânia	4.400.000	600	0	500	1.900.000	1.200.000
Zâmbia	9.850.000	0	150	60	500	250

Fonte: SADC:SADC/TNF/26/2003/3(A).

Na avaliação feita em 2003, constatou-se uma fraca utilização da quota alocada para 2002. As razões apresentadas, para o caso de Moçambique, relacionam-se com uma produção abaixo da capacidade produtiva e empresas recém-estabelecidas ainda não operacionais, resultado de novos investimentos realizados no sector. Todavia, de 2003 a 2005, Moçambique utilizou parte da sua quota conforme ilustra o Quadro 3.

Embora estivessem registadas seis empresas (Maputo Clothing, Ninita, Belita, Toros Textiles, Mozambique Sack e Texlom), apenas três exportaram vestuário (capítulos no SH 61 e 62) a partir de 2003, não se tendo registado exportação de tecido.

**Quadro 3: Empresas que exportaram no âmbito do MMTZ, em peças**

Empresa	Capítulo	Itens e ano		
		2003	2004	2005
Maputo Clothing	61-62	303.012	278.961	348.566
Ninita	61-62	253.710	9.376	13.665
Belita	61-62	48.259	173.430	357.025
<b>Total de peças</b>		<b>604.081</b>	<b>461.767</b>	<b>719.256</b>

Fonte: DNI/MIC

Para revitalizar o sector e atrair investimentos, foi aprovada, em 2008, a estratégia de desenvolvimento do sector têxtil e de vestuário. A estratégia identifica, como problemas que afectaram negativamente a indústria têxtil, a guerra, a conjuntura externa, maquinaria obsoleta (a maior parte do equipamento com mais de trinta anos).

<sup>20</sup> Nomenclatura internacional de codificação e classificação de mercadorias aplicada pela Organização Mundial das Alfândegas para facilitar o comércio internacional. Moçambique adoptou esta.

Analisando a evolução dos dados estatísticos, a aprovação da estratégia não se reflecte no desempenho do sector.

O facto de Moçambique ser membro da Zona de Comércio Livre da SADC e ter acesso preferencial a alguns mercados (UE e EUA), constitui oportunidade para a indústria têxtil e de vestuário. Outros elementos fortes para Moçambique são o custo da mão-de-obra, quando comparado ao custo da mão-de-obra na região, ser produtor da matéria-prima (o algodão) e ter incentivos do Estado (benefícios fiscais)<sup>21</sup>.

No entanto, dado o fraco aproveitamento das oportunidades, aliado à complexidade do mercado de vestuário, Moçambique aparenta não ter capacidade, nem condições, para competir com produtos provenientes de países com custos de produção mais baixos e muito activos no mercado global, assim como com as importações de roupa usada e as importações dos informais.

Estas constatações deveriam induzir à reflexão sobre as vantagens existentes no sector e as condições necessárias para aumentar a competitividade, seja na região, seja no mercado interno, assim como para a definição do tipo e natureza de intervenções e de medidas específicas necessárias para promover o sector têxtil e de vestuário em Moçambique.

O levantamento realizado pelo Ministério da Indústria e Comércio, em 2015, indica que a situação actual do sector têxtil e de vestuário é, de um total de 14 empresas, apenas oito funcionam, sendo que, três actuam na fiação, cinco na tecelagem. Nenhuma delas actua na produção de vestuário.

Pode-se afirmar que a produção têxtil e de vestuário é influenciada por factores que transcendem os custos de produção e da mão-de-obra. O fundamental, por um lado, é entrar nos circuitos comerciais e, por outro, poder assegurar mão-de-obra competente e infra-estruturas eficientes.

De acordo com o gráfico 3, de um modo geral, entre 1994 e 2014, o comércio de têxteis e vestuário com o exterior apresenta uma tendência crescente. Neste período, Moçambique fabricava uniforme escolar e camisas para África do Sul e exportava no âmbito de um entendimento que existia entre os dois países, que isentava de direitos aduaneiros alguns produtos de Moçambique. Ainda que 2008 as autoridades sul-africanas denunciaram o entendimento o que afectou as empresas moçambicanas.

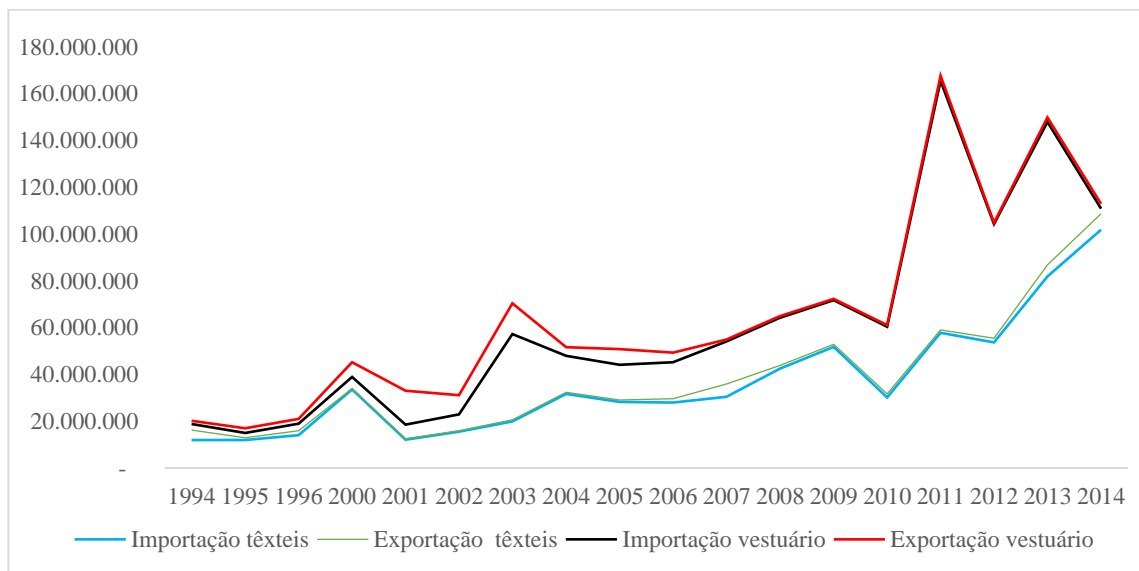
Pode-se verificar, no gráfico 3, que a importação de vestuário e a exportação de têxteis registaram um comportamento similar - um aumento acentuado em 2011 e um decréscimo no ano seguinte. O decréscimo verificado em 2012 pode ser um indicador do impacto das condições internas, incluindo as calamidades naturais, em que o país recebia apoio externo para fazer face às suas necessidades o que incluía a doação de roupa usada que é registada na balança comercial. Por outro lado, verifica-se, ainda no mesmo gráfico, que a importação de têxteis e exportação de vestuário apresentam uma tendência similar à da importação de vestuário e exportação de têxteis.

---

<sup>21</sup> Lei 4/2009 de 12 de Janeiro e Diploma 99/2003 de 13 de Agosto.



**Gráfico 3: Evolução das exportações e importações de têxteis e vestuário em dólares**



Fonte: <http://stat.wto.org/Statistical>

Um dos indicadores do nível de protecção da indústria é a tarifa aplicada ao comércio externo (pauta aduaneira). Em Moçambique, as taxas<sup>22</sup> aplicadas à importação de têxteis de algodão, na pauta aduaneira de 1958, podiam chegar a 30% e uma sobretaxa de até 4%. Sobre os fios, recaía uma taxa que variava de 0,5% a 1% e uma sobretaxa entre 12,5% e 25%. Em contrapartida, a Pauta de 1999 aplicava uma tarifa única de 30% e IVA de 17% à importação de têxteis de algodão e ao vestuário. Ao fio, por ser considerado bem intermediário, aplicava-se uma tarifa de 7,5%. Na Pauta de 2002, a taxa máxima baixou para 25% e em 2008 passou para 20%. Os compromissos com o FMI obrigavam à redução da tarifa máxima para 15%, de forma faseada, mas as taxas de bens intermediários e matérias-primas mantiveram-se inalteradas.

Actualmente, as tarifas aplicadas a têxteis são as seguintes:

- Fibra de origem animal e vegetal (seda, linho e algodão) - 2,5%.
- Fios - 7,5%.
- Tecidos - 20%.
- Vestuário - 20%.

Note-se que sobre todos estes produtos se aplica o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) de 17%. Recentemente, foi anunciada a aplicação de uma taxa específica sobre a importação de roupa usada de 25 meticais por quilograma.

No processo de liberalização na SADC, Moçambique categorizou<sup>23</sup> os produtos no ramo têxtil a serem faseadamente liberalizados. Assim, isentou de pagamento de direitos aduaneiros a

<sup>22</sup> Ad valorem

<sup>23</sup> Moçambique agrupou as mercadorias em liberalização imediata no ano zero, liberalização gradual em oito anos e sensíveis em 2015. O quadro consta na Pauta Aduaneira.

importação do algodão de imediato, enquanto os restantes produtos foram liberalizados gradualmente, atingindo a tarifa zero em 2008, ano em que teve início a implementação da Zona de Comércio Livre. No contexto da OMC, com o término das quotas na área têxtil e de vestuário, em 2005, abriu o mercado para países como a China, com custos de produção mais baixos.

Mesmo com a liberalização do Acordo sobre Têxteis e vestuário no âmbito da OMC, nos processos negociais de integração comercial da SADC, OMC e Acordos de Parceria Económica, um dos sectores mais protegidos, através de regras de origem mais restritivas, foi o sector de têxteis e vestuário. A protecção a este sector pode estar associada ao facto de a indústria utilizar intensivamente mão-de-obra, em particular no ramo de vestuário.

Quer dizer que Moçambique tem mercado para onde exportar com facilidade devendo criar internamente capacidade de oferta para responder à procura e tirar benefício do acesso preferencial aos mercados da EU e dos EUA.

Para perceber a relação estatística dos factores que afectam a indústria têxtil e de vestuário, a próxima secção apresenta o resultado do Modelo de Regressão Múltipla.

### 3. ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 3.1. Metodologia

A pesquisa quantitativa trata da informação mensurável sobre a área de cultivo de algodão, produção de algodão caroço e algodão fibra, valor do comércio externo do algodão, têxteis e vestuário e o comportamento da indústria transformadora, indústria têxtil com relação ao PIB.

Foi definido o período entre 1960 e 2014, por razões de acesso à informação para as diferentes variáveis utilizadas.

A variável dependente é o valor da produção da indústria têxtil e de vestuário em meticais. As variáveis independentes foram as que, teoricamente, se considera possuírem maiores relações com a indústria têxtil e de vestuário, designadamente: quantidade de algodão produzido, em caroço e em fibra, quantidade de algodão fibra exportada, preço internacional da fibra de algodão, valor da exportação de têxteis e de vestuário e o valor da importação de têxteis e de vestuário.

Para estudar os determinantes da Indústria Têxtil em Moçambique no período 1960-2014, foram identificadas potenciais variáveis determinantes da Indústria Têxtil e de Vestuário no país, conforme apresentado nas hipóteses da pesquisa. Em adição a estas variáveis, também foram incluídos o preço internacional do algodão e o volume da produção de vestuário. Assim, as variáveis identificadas como potenciais determinantes da Indústria Têxtil e de Vestuário no país foram: produção de algodão, exportação de algodão fibra, exportação de têxteis, importação de têxteis, área de produção de algodão, preço internacional do algodão. O desempenho da Indústria Têxtil no país foi medido através do valor da produção de têxteis e de vestuário.

Em primeiro lugar, testou-se o grau de relação linear entre cada uma das potenciais variáveis determinantes da Indústria Têxtil e o desempenho da própria Indústria Têxtil. Este teste foi realizado através do cálculo do coeficiente de Correlação entre duas variáveis na sua forma tradicional;

$$r = \frac{\sum x_i y_i}{\sqrt{(\sum x_i^2)(\sum y_i^2)}} \quad (1)$$

$$r = \frac{n \sum X_i Y_i - (\sum X_i)(\sum Y_i)}{\sqrt{[n \sum X_i^2 - (\sum X_i)^2][n \sum Y_i^2 - (\sum Y_i)^2]}} \quad (2)$$

Onde:  $X_i$  e  $Y_i$  representam os valores das variáveis X (potencial determinante da Indústria Têxtil) e Y (desempenho da Indústria Têxtil), respectivamente, em cada momento  $i$ ,  $x_i$  representa a diferença entre cada valor de  $X_i$  e o seu valor médio, isto é,  $x_i = (X_i - \bar{X})$ ,  $y_i$  representa a diferença entre cada valor de  $Y_i$  e o seu valor médio, isto é,  $y_i = (Y_i - \bar{Y})$ , e,  $n$  representa o tamanho da amostra das variáveis X e Y.

Pela especificação apresentada, o coeficiente de Correlação  $r$  pode assumir um valor negativo ou positivo, variando no intervalo de -1 a 1 ( $-1 \leq r \leq 1$ ). O coeficiente é também assumido como equivalente, independentemente do procedimento de cálculo, isto é, o coeficiente de Correlação entre X e Y ( $r_{XY}$ ) será o mesmo que o coeficiente de correlação entre Y e X ( $r_{YX}$ ). Se as variáveis

X e Y forem estatisticamente independentes, a Correlação entre elas será nula ( $r = 0$ ). Porém, Correlação nula não significa, necessariamente, que as duas variáveis sejam independentes. O coeficiente representa apenas uma medida de uma relação linear entre as variáveis, não representando ou descrevendo relações não lineares entre elas. Finalmente, embora possa ser interpretado como um indicador que mede a relação linear existente entre duas variáveis, a existência desta relação linear não implica, necessariamente, na existência de uma relação de causa-e-efeito entre elas.

Por causa desta última limitação do coeficiente de Correlação e dado que o objectivo do presente trabalho de pesquisa é identificar as variáveis que determinam o desempenho da Indústria Têxtil e de Vestuário em Moçambique no período 1960-2014, a pesquisa avançou para um segundo teste entre as variáveis, por forma a determinar se, no mesmo período, existiu uma relação de determinação entre as variáveis. Deste modo, com vista a identificar se as variáveis eleitas como potenciais determinantes da Indústria Têxtil e de Vestuário no país, realmente causaram efeito no desempenho deste sector industrial, foi estimada uma equação de Regressão Linear Múltipla entre as variáveis. Para esta estimação, o desempenho da Indústria Têxtil e de Vestuário, medido em valor da sua produção, assumido como variável explicada (ou dependente), e as variáveis potenciais determinantes deste sector industrial foram assumidas como variáveis explicativas (ou independentes). Seguindo o modelo básico da Regressão Linear Múltipla, a equação estimada assumiu a seguinte forma;

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \beta_4 X_{4i} + \beta_5 X_{5i} + \beta_6 X_{6i} + \beta_7 X_{7i} + \mu_i \quad (3)$$

onde  $Y_i$  é a variável explicada (ou dependente), isto é, o desempenho da Indústria Têxtil medido em valor da sua produção,  $X_{1i}$ ,  $X_{2i}$ ,  $X_{3i}$ ,  $X_{4i}$ ,  $X_{5i}$ ,  $X_{6i}$  e  $X_{7i}$  são as variáveis explicativas (ou independentes), ou seja, área de produção de algodão, produção de algodão, exportação de algodão, preço internacional do algodão, valor da produção de vestuário, exportação de têxteis e importação de têxteis, respectivamente, e,  $\mu_i$  é um termo de erro aleatório.

Pelo modelo clássico de regressão linear, e de forma a realizar a estimação da equação anteriormente apresentada, assumiu-se que o modelo está correctamente especificado e não existe nenhuma relação linear exacta entre as variáveis explicativas. É também assumido: (1) Média zero para o termo de erro aleatório:  $E(\mu_i | X_{1i}, X_{2i}, X_{3i}, X_{4i}, X_{5i}, X_{6i}, X_{7i}) = 0$ , para todo o  $i$ ; (2) Não existência de correlação serial entre os termos de erro:  $cov(\mu_i, \mu_j) = 0$ , para  $i \neq j$ ; (3) Existência de Homoscedasticidade:  $var(\mu_i) = \sigma^2$ , e, (5) Co-variância zero entre  $\mu_i$  e cada variável X:  $cov(\mu_i, X_{1i}) = cov(\mu_i, X_{2i}) = cov(\mu_i, X_{3i}) = cov(\mu_i, X_{4i}) = cov(\mu_i, X_{5i}) = cov(\mu_i, X_{6i}) = cov(\mu_i, X_{7i}) = 0$ .

Dadas as hipóteses acima apresentadas, é possível calcular na equação (1) o valor esperado de  $Y_i$  (desempenho da Indústria Têxtil em Moçambique) condicionado aos valores de X (potenciais determinantes da Indústria Têxtil em Moçambique), do seguinte modo;

$$E(Y_i | X_{1i}, X_{2i}, X_{3i}, X_{4i}, X_{5i}, X_{6i}, X_{7i}) = \beta_0 + \beta_1 X_{1i} + \beta_2 X_{2i} + \beta_3 X_{3i} + \beta_4 X_{4i} + \beta_5 X_{5i} + \beta_6 X_{6i} + \beta_7 X_{7i} \quad (4)$$

Os parâmetros  $\beta_0$ ,  $\beta_1$ ,  $\beta_2$ ,  $\beta_3$ ,  $\beta_4$ ,  $\beta_5$ ,  $\beta_6$ , e  $\beta_7$  na equação (1.4), indicarão o grau de efeito (se realmente existir) de cada uma das variáveis X (potenciais determinantes da Indústria Têxtil em Moçambique) na variável  $Y_i$  (desempenho da Indústria Têxtil em Moçambique) e poderão ser estimados através do método dos Mínimos Quadrados Ordinários, que consiste na sua

determinação por meio da minimização da soma do quadrado dos resíduos resultantes da mesma equação<sup>24</sup>.

### 3.1.1. Fontes de informação

A informação foi obtida das seguintes fontes:

- A informação secundária foi obtida no Instituto Nacional de Estatísticas (INE), Autoridade Tributária de Moçambique (AT), biblioteca da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Arquivo Histórico e Biblioteca Nacional;
- Relatórios de algumas reuniões da SADC;
- Fontes electrónicas (internet) das bases de dados da FAO, Departamento de Agricultura dos EUA, Cotton Outlook;
- Conversas informais com os vendedores de roupa usada localizados na baixa da cidade de Maputo, na Avenida 24 de Julho e na Avenida Ahmed Sekou Touré, nos dias 2 e 3 de Setembro de 2017;
- Fez-se uma observação dos alfaiates informais no Bairro Central de Maputo.

### 3.1.2. Tratamento estatístico

Para o cálculo das variáveis que mais influenciam o sector têxtil e de vestuário, foi utilizado o método econométrico de regressão múltipla. Fez-se o teste t, com o objectivo de testar a significância de cada uma das variáveis na explicação da variabilidade da variável dependente. Para considerar um coeficiente significativo, o t (p-value) deve ser inferior ao nível de significância de 5% (0.05). Caso contrário, consideram-se os coeficientes estatisticamente insignificantes ou nulos.

A análise do modelo de regressão baseou-se nos seguintes pressupostos:

- Modelo de regressão linear. A função da variável dependente é uma função linear das variáveis independentes (Gujarati, 1992);
- Número de observâncias maior que o número de parâmetros a serem estimados;
- Ausência de multicolinearidade.

Foi utilizado o método dos Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para procurar o melhor ajuste para os dados tentando minimizar a soma dos quadrados das diferenças entre o valor estimado e os dados observados (as diferenças são os resíduos), de forma a maximizar o grau de ajuste do modelo aos dados observados (Gujarati, 1992).

A análise econométrica foi desenvolvida com base no *software* estatístico SPSS 20. Paralelamente, foram elaborados gráficos da evolução dos diferentes factores assim como tabelas para auxiliar a descrição da informação.

Os resultados da regressão múltipla foram padronizados para facilitar a interpretação das constatações.

---

<sup>24</sup> Para uma apreciação aprofundada veja GUJARATI (2003).

### 3.1.3. Constrangimentos

O presente trabalho de investigação evidencia as seguintes limitações:

- Não foi possível o levantamento de informação desde os anos 60, início do estabelecimento de indústrias de algodão (descaroçamento e, posteriormente, têxteis e vestuário);
- A qualidade dos dados que, em muitos casos, não captam a realidade mais abrangente da actividade da indústria têxtil e de vestuário em Moçambique;
- Alteração da forma de apresentação das estatísticas. No período de 1975 a 1987, os dados estatísticos eram globalizados (não por produto) e os dados estatísticos referentes à produção têxtil e de vestuário referem-se a uma amostra da produção do sector e não ao global da produção. Segundo o INE, este facto deve-se ao tipo de indicadores elaborados pela instituição;
- Estatísticas dispersas e não coincidentes entre organismos especializados e, por vezes, dentro da mesma organização;
- As unidades de quantidades de têxteis e de vestuários não estão uniformizadas (toneladas/metros ou número de peças). Este facto ditou a utilização do valor da produção;
- Harmonização da moeda nacional: mudança de escudo para o metical em 1980, desvalorização em 1987 e introdução da nova família do metical em 2006.

### 3.1.4. Delimitações

O presente trabalho de investigação possui as seguintes delimitações.

- O período de discussão é de 1960 a 2014. A escolha deste horizonte temporal deve-se ao facto de se pretender comparar o comportamento no sector;
- O trabalho analisa o sector como um todo e não casos específicos.
- Não se localizou informação sobre a contribuição dos pequenos e médios operadores no sector.

## 3.2. Correlação

**Tabela 1: Correlação das variáveis**

	Produção de têxteis e vestuário	Área cultivada em ha	Algodão fibra em Valor	Exportação de algodão fibra em quantidade	Preço internacional da fibra por tonelada	Valor da produção de vestuário	Exportação de têxteis em Valor	Importação de têxteis em valor
Produção de têxteis e vestuário	1,000							
Área cultivada em ha	0,703	1						
Algodão fibra em Valor	0,006	-0,193	1					
Exportação de algodão em quantidade	0,648	0,436	0,243	1				

Preço internacional por tonelada	-0,668	-0,725	0,262	-0,513	1			
Valor da produção de vestuário	0,687	0,297	-0,019	0,217	-0,332	1		
Exportação de têxteis em Valor	-0,219	-0,054	0,279	0,063	-0,090	0,000	1	
Importação de têxteis em valor	-0,205	-0,461	-0,101	-0,306	0,406	-0,125	-0,090	1

Fonte: Elaboração própria usando SPSS 20.

Dos resultados das correlações na tabela 1, pode-se verificar que a correlação entre a indústria têxtil e de vestuário e a área de produção de algodão, a exportação de algodão e o valor da produção de vestuário, é positiva e significativa. A relação da indústria têxtil e de vestuário com o preço internacional do algodão, exportação de têxteis e importação de vestuário é negativa.

Estes resultados sugerem que, à excepção do valor da fibra, todas as demais variáveis incluídas no cálculo da correlação são potenciais explicadoras da variação da produção têxtil e de vestuário no país. A estimação de uma equação de regressão mais adiante irá validar (ou não) esta sugestão.

**Tabela 2: Descrição média das variáveis da indústria têxtil e de vestuário**

	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Ano	1960	2014		
Área cultivada de algodão em ha	14783	410000	207786,64	101830,68
Algodão fibra em meticais	549	61267	24883,47	13685,46
Exportação de algodão fibra em toneladas	800	69974	23512,61	14206,42
Preço internacional algodão fibra em USD/tonelada	542,2	2510	1121,06	394,46
Valor da produção de vestuário em meticais	1954,3	387885,1	58669,02	69796,84
Exportação de têxteis em meticais	1710	1171000	107715,50	250263,23
Importação de têxteis em meticais	0	5581000,0	287237,97	988743,31
Produção de têxteis e vestuário em meticais	0	1678960,1	328943,85	412809,00

Fonte: Elaboração própria.

Pode-se verificar na tabela 2 que, entre 1960 e 2014, as variáveis tiveram alterações significativas. Este resultado pode ser justificado pelo facto de que o algodão é uma cultura de rendimento e a sua prática está, entre outras, dependente do rendimento proporcionado aos agricultores familiares<sup>25</sup>.

<sup>25</sup> É sabido que as decisões produtivas da produção familiar obedecem a uma racionalidade particular, procurando maximizar os seus objectivos com os recursos disponíveis (Dadá, 2017).

**Tabela 3: Resultado da regressão na indústria têxtil e de vestuário**

Modelo		Coeficientes não Padronizados		Coeficientes Padronizados	t	Sig.	Colinearidade Estatística		R <sup>2</sup>	Durbin-Watson
		B	Std. Error	Beta			Tolerância	VIF		
Produção de têxteis e vestuário	Constante	-270033.318	225584.709		-1,197	,251			95,3%	1,745
	Área cultivada em ha	1,726	,414	,374	4,168	,001	,417	2,400		
	Algodão fibra em Valor	5,371	2,216	,178	2,424	,029	,621	1,610		
	Exportação de algodão em quantidade	10,734	2,792	,296	3,845	,002	,566	1,766		
	Preço internacional de fibra USD/tonelada	-341,617	137,479	-,250	-2,485	,026	,332	3,013		
	Valor da produção de vestuário	2,314	,312	,459	7,409	,000	,874	1,145		
	Exportação de têxteis em Valor	-,920	,213	-,271	-4,318	,001	,849	1,178		
	Importação de têxteis em valor	,068	,022	,210	3,094	,008	,727	1,376		

Fonte: Elaboração dos autores com base no SPSS 20.

Pode-se observar do resultado da regressão múltipla, acima apresentado, que todas as variáveis têm um efeito estatisticamente significativo sobre a produção têxtil e de vestuário. Conforme mostram os resultados da estimação, aproximadamente 95% da variação da produção de têxteis no período em análise é explicada, conjuntamente, por todas as variáveis independentes incluídas na equação. O valor da fibra do algodão é o que menos explica a variação da produção de têxteis.

A indústria têxtil e de vestuário mostra ser muito sensível à variação da área dedicada à produção de algodão, assumindo que um aumento da área pode significar maior volume de produção de algodão. Aliás, diversos estudos recentemente realizados associam o aumento da produção agrícola ao aumento da área cultivada e não a avanços na produtividade por hectare (Mosca, 2014; Mosca *et al.*, 2013; Cunguara *et al.*, 2013).

Como era de esperar, por um lado, o volume de vestuário produzido tem um efeito positivo (o maior) sobre a indústria têxtil, uma vez que maior produção de vestuário implica maior procura de tecido que pode ser da produção interna ou importado se não houver capacidade de resposta. No caso de Moçambique, a maior parte do tecido utilizado para o sector de vestuário é importado. Por outro, a exportação de têxteis tem um efeito negativo sobre a indústria de têxteis e vestuário.

Ainda sobre o Modelo de Regressão Múltipla, o preço internacional do algodão fibra apresentou um efeito negativo sobre indústria têxtil. Para o caso específico de Moçambique, quatro factores podem justificar este resultado, mas não só: (1) as motivações dos camponeses para produzir uma determinada cultura é o rendimento monetário para suprir necessidades básicas, como saúde, educação e alimentação. Assim, a existência de culturas de rendimento com preço mais atractivo pode afectar as decisões dos camponeses. São exemplos de novas culturas de rendimento o gergelim e a soja. (2) o impacto do comportamento do preço internacional na decisão dos



camponeses, só se reflecte na campanha seguinte<sup>26</sup>; (3) porque a indústria têxtil Moçambicana não consome fibra produzida em Moçambique; (4) as empresas concessionárias é que fomentam a produção do algodão com o objectivo de exportar.

Ao contrário da hipótese (H4), assim como das diferentes teorias de crescimento e desenvolvimento económico, inclusive a teoria de Kaldor, o resultado do modelo apresentado enuncia um efeito positivo da exportação de vestuário sobre a indústria têxtil. Kaldor refere que a indústria transformadora constitui o motor de crescimento e isto pressupõe a existência de uma revolução agrícola e a necessidade e importância na complementaridade da agricultura ao sector, o que deverá ser acompanhado por uma política de crescimento liderada pelas exportações (Kaldor, 1970). A fraca disponibilidade de matéria-prima (algodão) para a indústria têxtil foi outrora apresentada às autoridades como uma preocupação dos industriais.

#### 4. CONCLUSÕES

Os resultados da pesquisa permitem-nos rejeitar a quarta hipótese e não rejeitar as hipóteses 1, 2 e 3. Este resultado pode ser resultado do processo de estabelecimento da indústria e, conseqüentemente, a sua volatilidade às mudanças económicas, tanto endógenas como exógenas. Como indicado anteriormente, a indústria é muito vulnerável porque depende (1) da matéria-prima local que, contudo, é quase totalmente exportada; (2) equipamento obsoleto; e (3) limite no nível da produção. Estes factos podem ter contribuído para a ineficiência e resultar na falta de competitividade com impacto na sua capacidade de exportar.

Com base nos resultados da análise, não há indícios de que a liberalização prejudicou a indústria têxtil em Moçambique. Os resultados obtidos neste estudo sugerem que o declínio da indústria têxtil e de vestuário são estruturais embora não se possa refutar outros factores, como a importação de roupa usada, importação ilegal de roupa da China, Brasil e da África do Sul.

Quando se fala da indústria de vestuário, o facto de não se incluir as pequenas e médias empresas, o sector informal e a nova classe de operadores emergentes, os estilistas e os ateliês, pode levar a conclusões que não reflectem a realidade do sector de vestuário. Assim, é importante não ignorar o papel destes na oferta de vestuário que, provavelmente, responde às necessidades e poder de compra dos consumidores.

Quanto à aplicabilidade modelo de Kaldor, pode-se afirmar que, na base dos dados disponíveis, a abertura do mercado não teve, *per si*, um impacto grande na indústria têxtil e de vestuário. No entanto, é preciso conciliar a abertura do mercado com as medidas, estratégias e políticas industriais aplicadas ao sector, bem como a acção das instituições relevantes como, por exemplo, a actual Agência de Investimentos e Promoção de Exportações (AIPEX), a Direcção Nacional da Indústria, o Instituto de Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME) e a Autoridade Tributária de Moçambique.

---

<sup>26</sup> A partir dos dados da FAO, USDA e INE, a evolução da produção do algodão e dos preços internacionais, confirma tal constatação.

#### **4.1. Recomendações**

A política nacional de desenvolvimento, a política industrial, a estratégia de desenvolvimento de têxteis e os incentivos e benefícios fiscais foram desenhados para encorajar grandes investimentos e não os pequenos e médios operadores do sector e não promovem uma cadeia de valor integrada. É um facto que um dos instrumentos da política industrial é a estrutura da tarifa externa (pauta aduaneira) que, no caso de Moçambique, foi elaborada tendo como objectivo fundamental a arrecadação de receitas e não propriamente a promoção da indústria, uma vez que não toma em consideração o uso final da mercadoria importada. Estas políticas não encontram ressonância no tratamento da matéria-prima, e o algodão continua a ser exportado quase na totalidade.

Um grande desafio para a política industrial reside no sistema multilateral de comércio internacional. É uma política industrial voltada para dotar o sector de exportação de maior solidez e remover as restrições ao crescimento. A política industrial deverá ser direccionada ao aumento das exportações e incentivo da substituição de importações, de forma a tornar a balança comercial superavitária e reduzir a excessiva exposição externa da economia. O aumento das exportações, através de uma produção competitiva interna de bens, poderá imprimir maior velocidade ao crescimento do comércio externo.

São condições de êxito desta política, o aumento da exportação de bens transformados com maior valor agregado e a substituição de importações por produção local de bens com um nível de competitividade internacional. A globalização e os acordos de liberalização do comércio internacional, assinados por Moçambique, tornam imprescindível a renovação permanente da competitividade da actividade industrial e da economia como um todo.

O desenvolvimento industrial é um dos factores de estímulo ao desenvolvimento da agricultura, dos serviços e das actividades financeiras. É importante a integração destes sectores, fortificando a cadeia de valores poderá constituir uma alavanca para promover o crescimento industrial e da indústria têxtil em particular.

No concernente ao vestuário, o sector, não só precisa ser competitivo, através da redução de custos de produção, mas, sobretudo, ter capacidade de oferta para responder à procura interna e dos grandes consumidores internacionais de vestuário. Como oportunidades de mercado para o sector inclui-se:

- A fiação para os produtores de têxteis da região com acesso preferencial aos mercados dos EUA, da UE e da SADC;
- A tecelagem de malha de algodão para uso em vestuário que pode ser exportado para os mercados preferenciais, como os Estados Unidos, a União Europeia e a África do Sul;
- Têxteis industriais para os mercados locais e regionais (capulanas, roupa de cama, ligaduras, gases, atalhados, sacaria).

A especialização nestas áreas poderá levar à utilização de economias de escala utilizando maioritariamente matéria-prima nacional. Para revitalizar este sector deve-se maximizar a utilização das compras públicas dos sectores da educação, saúde, turismo e dos serviços paramilitares, como garantia de procura ao longo do ano o que poderá permitir um funcionamento contínuo das fábricas maximizando a produção. O Ministério da Indústria e Comércio outrora assinou acordos com os potenciais consumidores de destacar o Ministério da Saúde.

Definir medidas de intervenção para o sector requer que se alargue a reflexão e análise aos aspectos do lado da oferta, sobre o comércio, assim como sobre as políticas com impacto social. São aspectos a tomar em consideração na reflexão:

- A organização da produção interna (fábricas, pequenas e médias empresas – alfaiatarias e *ateliers* e o sector informal - modistas e alfaiates);
- O combate às importações ilegais;
- A promoção da terciarização utilizando costureiras e alfaiates;
- O melhoramento da qualidade do produto final;
- O melhoramento do fornecimento de matéria-prima e criação de uma cadeia de valor integrada para reduzir os custos;
- A organização dos *ateliers* (estilistas, costureiras, alfaiates);
- O desenvolvimento de programas de capacitação da mão-de-obra do sector e melhoramento da qualidade do emprego;
- A promoção da cultura de produtividade como forma de criar uma classe trabalhadora eficiente;
- A promoção de exposições-venda dedicadas à moda (fashion) e costumes locais e da região para consumidores e compradores.

## BIBLIOGRAFIA

- ALESINA, A. & WACZIARG, R., 1997 - *Openness, country size, and the government*. NBER WorkingPapers, Cambridge.
- ARAÚJO, M. (s/d). Center for Mozambican and International Studies and The University of East Anglia (School of Development Studies). *Promoting Employment Through FDI – the case of cotton sector (Demavat) in Morrumbala district*.
- ARAÚJO, M. IESE and The University of East Anglia (School of Development Studies) (s.d). *Promoting Employment Through FDI – the case of cotton sector (Demavat) in Morrumbala district*, em [www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/GrupoI/Cotton\\_ARAUJO](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoI/Cotton_ARAUJO)
- BAFFES, J. 2004. *cotton market setting, trade policies and issues*, Banco Mundial.
- BAPTISTA, J. do A. 1962. Moçambique. Província Portuguesa de ontem e de hoje. Centro gráfico Vila Nova de Famalicão.
- BRAVO, N. S. 1962. *A cultura algodoeira na Economia do Norte de Moçambique*. Dissertação. Universidade Técnica De Lisboa. Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.
- BRUNA, N. (2014): *Competitividade do algodão em Moçambique*. Observador Rural N° 19. Observatório do Meio Rural. [www.omrmz.org](http://www.omrmz.org). Agosto, Maputo.
- CRAMER, C. 2001. Privatization and adjustment in Mozambique: “A hospital pass?”. *Journal of Southern African Studies*. Vol 27. No 1.
- CUNGUARA, B., GARRETT, J., DONOVAN, C. E CÁSSIMO, C. (2013). *Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário em Moçambique*
- DADÁ, Y. A. (2017): *Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota*. Observador Rural N° 51. Observatório do Meio Rural. [www.omrmz.org](http://www.omrmz.org). Maio, Maputo.
- DALL’AQUA, F. 1985. *Relações entre a agricultura e a indústria no Brasil, 1930-60*. *Revista de Economia Política*, vol 5, nr 3, Julho-Setembro.
- DOMAR, D. in *JOURNAL of Econometria. Capital Expansion, Rate of Growth, and Employment*. *Econométrica*. Vol. 14, No. 2 (Apr., 1946), pp. 137-147
- DORNBUSCH, R.; FISHER, S.; STARTZ, R., 1998 -*Macroeconomia*. 7ª Ed. McGraw-Hill. Lisboa, Portugal.
- FAO. 1997. *The State of Food and Agriculture 1997*. FAO Agriculture Series No. 30, Roma.
- FORTUNA, C. 1993. *O Fio da Meada: O Algodão de Moçambique, Portugal e a Economia-Mundo (1860-1960)*. Edições Afrontamento.
- FREEMAN, C. 1995. *Cambridge Journal of Economics*, 19, 5-24. *The 'National System of Innovation' in historical perspective*.
- GOODE, W. 1998. *Dictionary of Trade Policy Terms*. Second Edition. Centre for International Economics Studies. University of Adelaide SA.
- GOVERNO DA REPÚBLICA DE PORTUGAL. 1969. Relatório do Conselho de Ministros.
- GOVERNO DA REPÚBLICA DE PORTUGAL. Relatórios sectoriais da Direcção Provincial de Serviços de Estatísticas Económicas.
- GOVERNO DA REPÚBLICA DE PORTUGAL. *Revista Agrícola*. Ano 1, nr 6. 1962. Algodão de Moçambique.

- GOVERNO DA RPÚBLICA DE PORTUGAL. 1969. Direcção dos Serviços de Integração da Economia Nacional. *Relatório sobre a situação da Integração Económica Nacional. Secretariado Técnico. Presidência do Conselho.*
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 1958. Junta de Comércio Externo de Moçambique. *Estudo técnico-económico da indústria têxtil de Moçambique.*
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 1997. *Política e Estratégia Industrial.*
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. 2008. *Estratégia para o Desenvolvimento do sector de têxtil e de Confecções.*
- GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. Planos Quinquenais (2010-2015 e 2016-2019).
- GUJARATI, D. 1992. *Essentials of Econometrics.* MacGraw-Hill International Editions, Economics Series.
- HARROD, R. F. 1936. *In The Economic Journal.* Vol. 46, No. 184 (Dec., 1936), pp. 691-693
- IFAD. 2001. Enabling the Rural to Overcome their Poverty: Rural Poverty Report 2001-The Challenge of Ending Rural Poverty.
- JOURNAL OF AGRICULTURAL ECONOMICS. 1997. George E. Battese, *A Note on the Estimation of Cobb-Douglas Production Functions When Some Explanatory Variables have Zero Values.*
- JOURNAL OF ECONOMICS LITERATURE. 2004. Winters, L. Alan; McCulloch, Neil and McKay, Adrew,- *Trade Liberalization and Poverty: The Evidence So Far,* Vol. XLII (March).
- KALDOR, N. 1966. *Causes of the Slow Rate of Economic Growth of The United Kingdon.* Cambridge University Press.
- KALDOR, N. 1970. *The Case for Regional Policies,* Scottish Journal of Political Economy, November.
- KUZNETS, S.1958.*Underdevelopment Countries and the advanced countries.* In: A Garwala. A. N.; Singh, S. P. (Ed). *The Economics of Underdevelopment.* London: Oxford UniversityPress. P 135-153.
- LEITE, J. P. Comunicação ao II Colóquio Internacional em Ciências Sociais sobre África de Língua Oficial Portuguesa, Bissau, Novembro de 1991. Centro de Estudos sobre África (CESA). *Colonialismo e Industrialização em Moçambique: Pacto Colonial, dinamização dos exportadores e “import-substitution”, 1930-1970.*Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL).Instituto Superior de Economia e Gestão.
- LEWIS, W. A. 1954. Economic development with unlimited supplies of labour. Manchester School, p. 139-191.
- MEDEIROS, E. R. 1996 - *Economia Internacional, 5ª Edição,* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- MOSCA, J. (2005). *Economia de Moçambique Século XX.* Instituto Piaget. Lisboa.
- MOSCA, J. (2014). *Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas.* WP 127. CESA. Lisboa.
- MOSCA, J., MUCAVEL, V. e Dadá, Y. A. (2013). *Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.* Observador Rural Nº 4. Observatório do Meio Rural. Maputo.
- NORDHAUS W. D. e TOBIN J. 1972. Is Growth Obsolete? In: Cambridge/MA: Economic Research: Retrospect and Prospect: Economic Growth, Vol 5, National Bureau of Economic Research-NBER, , pp. 1-80, disponível em <http://www.nber.org/chapters/c7620>.
- NOVA, Y. 2017. *Estruturas de Mercado e sua influência na formação de preços dos Produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor.* Maputo. Monografia de licenciatura, Universidade Politécnica Apoliténica.
- OPPENHEIMER, J. 2006. Moçambique na era do ajustamento estrutural: ajuda, crescimento e progresso, Lisboa: IPAD.

- PENSON, J. B. JR; CAPPS, O. JR E C. ROSSON III, P. 1995 -*Introduction to Agricultural Economics*. New Jersey, Prentice Hall.
- PREBISH, R. 1950. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems (Lake Success*, New York: Economic Commission for Latin America, United National Department of Economic Affairs, 1950).
- RICARDO D., 1963 -*On the principles of political economy and taxation*. Homewood, III. Richard D. Irwin. Citado em Gerald M. Meier. 2000.
- RODRIK, D. 1996. *Why do More Open Countries Have Bigger Governments?* NBER Working Paper, Apr..
- Rostow, W. 1960. *The stages of economic growth. A non-communist manifesto*. Cambridge University Press.
- SEN A. 1999. *Development as Freedom*. Knopf, New York. Google Scholar
- SEN, A. 1988. *The Concept of Development*. In: Chenery H, Srinivasan TN *Handbook of Development Economics*. Amsterdam: North Holland.
- SMITH, A1937 -*An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations, New York. The Modern Library*. Citado em Gerald M. Meier. 2000.
- UNCTAD. 1998. *Towards A New Paradigm For Development* By Dr. Joseph E. Stiglitz Senior Vice President and Chief Economist The World Bank.
- UNDP. 1992. *Institutional adjustment and industrial policy Mozambique: comprehensive study of the textile and garment sub-sector diagnostic study and restructuring plan (DP/MOZ/86/014)*. [www.undp.org](http://www.undp.org).
- WINTERS, L. Alan; MCCULLOCH, Neil & MCKAY, Andrew, 2004 - *Trade Liberalization and Poverty: The Evidence So Far*. *Journal of Economic Literature*. Vol. XLII (March).

## NETOGRAFIA

- [www.ine.co.mz](http://www.ine.co.mz), 19/4/2017
- [www.iese.ac.mz/lib/publication/II\\_conf/GrupoI/Cotton\\_ARAUJO](http://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/GrupoI/Cotton_ARAUJO), 5/3/2017
- [http://www.nobelprize.org/nobel\\_prizes/economic-sciences/laureates/1971/kuznets-lecture.html](http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/1971/kuznets-lecture.html), 6/03/2017
- <https://www.statista.com/statistics/263055/cotton-production-worldwide-by-top-countries/>
- <https://www.jstor.org>, 19/4/2017
- [www.Google scholar](http://www.Google scholar) 6/03/2017
- <http://stat.wto.org/StatisticalProgram>, 1/7/2017
- <http://www.ers.usda.gov/topics/crops>, 15/06/2017
- <http://www.nass.usda.gov/Publications/>, 06/2017 (National Agricultural Statistics Service)
- <https://apps.fas.usda.gov/psdonline/app/index.html#/app/home>, 30/06/2017
- <http://apps.fas.usda.gov/gats/default.aspx>, 30/06/2017
- <http://apps.fas.usda.gov/esrquery/>, 30/06/2017
- <http://gain.fas.usda.gov/Pages/Default.aspx>, 30/6/2017
- <http://unctad.org/en/Docs/prebisch9th.en.pdf>, 7/6/2017
- [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170626\\_livro\\_agricultura\\_no\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170626_livro_agricultura_no_brasil.pdf).

Nº	Título	Autor(es)	Ano
63	<b>Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo</b>	<b>Aleia Rachide Agy</b>	<b>Junho de 2018</b>
62	Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias	Máiriam Abbas	Maio de 2018
61	<b>Pobreza, diferenciação social e (des)alianças políticas no meio rural</b>	<b>João Feijó</b>	<b>Abril de 2018</b>
60	Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 201	Yara Nova	Março de 2018
59	<b>Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor</b> Avaliação dos impactos dos investimentos das	<b>Yara Pedro Nova</b>	<b>Fevereiro de 2018</b>
58	plantações florestais da Portucel-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Novembro de 2017
57	<b>Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia</b>	<b>Nelson Capaina</b>	<b>Outubro de 2017</b>
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	<b>Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?</b>	<b>Máiriam Abbas</b>	<b>Agosto de 2017</b>
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máiriam Abbas	Julho de 2017
53	<b>Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique</b>	<b>Natacha Bruna</b>	<b>Junho de 2017</b>
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	<b>Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota</b>	<b>Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Maio de 2017</b>
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	<b>Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique</b>	<b>Nelson Capaina</b>	<b>Março de 2017</b>

Nº	Título	Autor(es)	Ano
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	<b>Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.</b>	<b>Uacitissa Mandamule</b>	<b>Novembro de 2016</b>
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	<b>Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete</b>	<b>João Feijó</b>	<b>Setembro de 2016</b>
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	<b>Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em moçambique</b>	<b>João Mosca e Máriam Abbas</b>	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	<b>Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique</b>	<b>Mota Lopes</b>	<b>Mai de 2016</b>
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016
38	<b>Exploração artesanal de ouro em Manica</b>	<b>António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca</b>	<b>Março de 2016</b>
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	<b>Políticas públicas e agricultura</b>	<b>João Mosca e Máriam Abbas</b>	<b>Janeiro de 2016</b>
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	<b>A política monetária e a agricultura em Moçambique</b>	<b>Máriam Abbas</b>	<b>Novembro de 2015</b>



Nº	Título	Autor(es)	Ano
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luís Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
<b>32</b>	<b>Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique</b>	<b>Uacitissa Mandamule</b>	<b>Setembro de 2015</b>
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
<b>30</b>	<b>Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural</b>	<b>João Feijó e Aleia Rachide Agy</b>	<b>Julho de 2015</b>
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso d milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
<b>28</b>	<b>Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique convergências e conflitos na relação com a terra</b>	<b>Eduardo Chiziane</b>	<b>Mai de 2015</b>
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e Momade Ibraimo	Abril de 2015
<b>26</b>	<b>Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique</b>	<b>Máriam Abbas</b>	<b>Abril de 2015</b>
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Momba	Nelson Capaina	Março de 2015
<b>24</b>	<b>Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas</b>	<b>João Mosca</b>	<b>Fevereiro de 2015</b>
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira, Yasser Arafat Dadá e Margarida Martin	Dezembro de 2014
<b>22</b>	<b>Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra</b>	<b>Eduardo Chiziane</b>	<b>Novembro 2014</b>
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
<b>20</b>	<b>Influência das taxas de câmbio na agricultura</b>	<b>João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereir;</b>	<b>Setembro de 2014</b>
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
<b>18</b>	<b>O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula</b>	<b>Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia</b>	<b>Julho de 2014</b>
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014

Nº	Título	Autor(es)	Ano
16	<b>Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala</b>	<b>António Manuel Júnior</b>	<b>Maiο de 2014</b>
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luís Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnic	Abril de 2014
14	<b>Investimento no sector agrário</b>	<b>João Mosca e Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Março de 2014</b>
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	<b>Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no “Os mitos por trás do ProSavana” de Natalia Finger mann</b>	<b>Sayaka Funada-Classen</b>	<b>Dezembro de 2013</b>
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	<b>Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation</b>	<b>Emelie Blomgren &amp; Jessica Lindkvist</b>	<b>Outubro de 2013</b>
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	<b>Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages</b>	<b>Peter E. Coughlin Nícia Givá</b>	<b>Julho de 2013</b>
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaiantilal	Junho de 2013
6	<b>Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique</b>	<b>Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes</b>	<b>Maiο de 2013</b>
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	<b>Algumas dinâmicas estruturais do sector agrário.</b>	<b>João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá</b>	<b>Março de 2013</b>
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	<b>Balança Comercial Agrícola. Para uma estratégia de substituição de importações?</b>	<b>João Mosca e Natacha Bruna</b>	<b>Novembro de 2012</b>
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

### **Como publicar**

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o e-mail do OMR ([office@omrmz.org](mailto:office@omrmz.org)) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por e-mail, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

### **Regras de publicação:**

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.

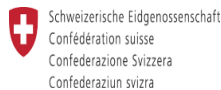


O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar  
Maputo – Moçambique

[www.omrmz.org](http://www.omrmz.org)